

## REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER QUE PERPASSAM A IDEIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Carolina Pimentel CORREA**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

carolpimentelcorrea@gmail.com

### Resumo

O desenvolvimento sustentável de um determinado local envolve a relação entre diversos agentes e seus interesses. Diferentes grupos de poder atuam neste campo em prol do bem comum, mas também visando a busca por hegemonia. Portanto, tendo em conta que o processo de desenvolvimento sustentável abriga diversos segmentos da sociedade, este ensaio procura compreender tais relações a partir do conceito de *campo* de Bourdieu. Isto é, se propõe realizar uma aproximação entre a ideia de *campo* com a realidade empírica, em especial, a brasileira, a qual possui sua busca pelo desenvolvimento sustentável marcada por grandes diferenças culturais e sociais, traduzidas numa vasta disparidade de interesses.

**Palavras-chave:** desenvolvimento, campo, poder, grupos, interesse.

### Abstract

Sustainable development of a particular location involves the relationship between different social agents and their interests. Different power groups active in this field for the common well, but they also aim the hegemony. Therefore, given that the sustainable development process embraces various segments of society, this paper attempts to understand this questions from Bourdieu's concept - field. That is, it is proposed to carry out a connection between this concept and the empirical reality, in particular the Brazilian, which has its quest for sustainable development marked by great cultural and social differences, translated in a wide disparity of interests.

**Keywords:** development, field, power, groups, interest.

## 1. Introdução

O conceito de desenvolvimento sustentável passou a se destacar no meio político, social e econômico em 1987, quando, no Relatório de Brundtland<sup>1</sup>, foi citado como um desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. Tal conceito, na realidade brasileira, e não só, encontra-se marcado por uma disparidade entre o discurso e a prática. Isto se deve, em especial, a luta de diferentes grupos de interesses e poder, cada qual representando uma realidade específica, atuando na questão do desenvolvimento sustentável.

Para abordar a ideia de desenvolvimento, particularmente, o atual conceito de desenvolvimento sustentável, é preciso compreender este jogo de poder presente no processo e para isto, este trabalho, tomou como base a teoria de Pierre Bourdieu e o seu conceito de *campo*. Este autor, ao elaborar uma teoria de síntese, buscou superar a relação dicotômica objetivismo *versus* subjetivismo, através de dois principais conceitos: *habitus* e *campo*. Sendo este último visto como um espaço onde se manifestam relações de poder numa luta concorrencial entre os atores.

Deste modo, para além da (1) *Introdução* e (4) *Considerações Finais*, este trabalho divide-se em mais dois tópicos: (2) *O conceito de campo para Bourdieu*, no qual, o objetivo foi perceber o modo como o autor discute tal conceito em um capítulo específico de sua obra *Questões de sociologia* e (3) *As relações de poder presentes no desenvolvimento sustentável*, tópico no qual se abordou os desafios de tal desenvolvimento no que diz respeito a sua aplicação prática e o modo como os atores interagem nesta busca, levando em conta o que foi trabalhado no tópico anterior em relação ao conceito de *campo*.

## 2. O conceito de campo para Bourdieu

Sociólogo e filósofo francês, Pierre Bourdieu nasceu em agosto de 1930, em Denguin, e faleceu em janeiro de 2002, em Paris. Bourdieu, conforme já destacado anteriormente, está entre os autores contemporâneos que almejam realizar uma teoria de síntese. O autor buscou integrar, no mesmo marco teórico, aspectos da estrutura social e da ação individual. Através de seu estudo denominado, entre outras formas, de estruturalismo-constructivista, Bourdieu criticou o objetivismo de Durkheim, de Althusser e dos marxistas estruturalistas, pois todos ignoraram a parte subjetivista, na qual os indivíduos criam e influenciam a sociedade, a realidade social. Assim, Bourdieu defende uma perspectiva estruturalista, mas sem deixar de considerar a capacidade do agente e, por isso, visando superar o

---

<sup>1</sup>O Relatório Brundtland é o documento intitulado *Nosso Futuro Comum (Our Common Future)*, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ONU.

dilema objetivista-subjetivista, centra-se na *prática*, considerada pelo autor como o produto da relação dialética entre a ação e a estrutura (Ritzer, 2001).

Além da *prática*, a teoria de síntese de Bourdieu foca-se, especialmente, em dois conceitos: *habitus* e *campo*. É através destes conceitos que Bourdieu esforça-se para compreender a dinâmica reprodutiva e transformadora da sociedade e percebe o mundo social constituído a partir de um processo ininterrupto de lutas entre agentes sociais ativos, tomando a vida social como um conjunto de relações que tendem a conservar ou a transformar a estrutura. Ortiz destaca que, dentro deste quadro teórico que engloba a *prática*, o *habitus* e o *campo*, Bourdieu conseguiu, de certa forma, resolver “o problema da adequação entre ação subjetiva e objetividade da sociedade, uma vez que todo ator age no interior de um *campo* socialmente pré-determinado” (Ortiz, 1983, p.19)

Bourdieu abordou e definiu os conceitos de *habitus* e *campo* em diferentes obras ao longo de sua carreira, entretanto, neste trabalho, o foco será um dos capítulos de sua obra *Questões de Sociologia* (*Questions de Sociologie*), publicada pela primeira vez em 1984. Esta obra reúne 21 textos decorrentes de conferências, colóquios, intervenções ou entrevistas de Bourdieu a respeito das principais questões pertinentes à sociologia. Assim, este autor oferece suas reflexões sobre o método e os conceitos fundamentais, sobre os problemas epistemológicos e filosóficos desta ciência. No prólogo da obra, Bourdieu destaca o fato de nenhuma ciência colocar em jogo as questões sociais tão evidentemente como faz a sociologia, algo que, segundo o autor, dificulta tanto a produção do discurso científico quanto a sua transmissão.

O capítulo *Algumas propriedades dos campos*, escolhido para nortear este trabalho, corresponde a uma exposição feita por Bourdieu na *École normale supérieure* em novembro de 1976, para um grupo de filólogos e de historiadores da literatura. Nesta parte da obra, Bourdieu tenta definir o conceito de *campo* e identificar sinais da sua formação, para compreender as leis gerais desta estrutura. Um primeiro ponto a ser destacado é que Bourdieu trabalha com *Leis gerais dos campos*, isto o leva a pensar que o projeto de uma teoria geral dos campos não seria, de todo, algo insensato. Bourdieu explica que *campos* tão diferentes como o da política, da filosofia e da religião possuem “leis de funcionamento invariantes”. Dessa forma, para o autor, o que se apreende a respeito do funcionamento de determinados *campos* serve para interrogar e interpretar outros. Quando se estuda um novo *campo*, segundo Bourdieu, pode-se descobrir propriedades específicas, únicas daquele *campo*, e, concomitantemente, fazer “progredir o conhecimento dos mecanismos universais dos *campos* que se especificam em função de variáveis secundárias” (Bourdieu, 2003, p. 119). Portanto, são as variáveis dentro de cada *campo* que fazem com que “mecanismos genéricos” como a luta entre “pretendentes e dominantes” tomem formas diferentes.

Assim, *campo*, para Bourdieu, são espaços estruturados a partir de *posições*. Isto é, “em qualquer campo, uma luta cujas formas específicas terão que ser investigadas em cada caso entre o novo que entra e tenta arrombar os ferrolhos do direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio”

(Bourdieu, 2003, p. 119-120). Nesse sentido, um *campo* define-se a partir questões e interesses específicos e para que funcione é necessário haver questões em jogo e pessoas prontas para jogar tal jogo, pessoas dotadas do *habitus*, o que implica, para Bourdieu (2003, p.120), “o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo”.

Por estar falando para um grupo de filólogos, Bourdieu (2003) explica, nesta exposição, que o *habitus* de filólogo é ao mesmo tempo um ofício, um capital de técnicas, de referências, um conjunto de crenças. Isto porque, para Bourdieu, este conceito é entendido como “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (Bourdieu, 1983, p. 65). Assim, o *habitus* existe como estruturador e estruturado, pois ao mesmo tempo em que estrutura as práticas individuais e coletivas é estruturado pelo próprio mundo social. O *habitus* define-se a partir de estruturas mentais e cognitivas, através das quais as pessoas lidam com o espaço social; esquemas internalizados pelos quais os indivíduos percebem e compreendem o mundo social e criam suas práticas.

Ao retomar o conceito de *campo*, Bourdieu afirma que a estrutura deste é um *estado* da relação de força entre os agentes ou as instituições envolvidas, ou então, “da distribuição de capital específico que foi acumulado nas lutas anteriores e orienta estratégias nas posteriores” (Bourdieu, 2003, p. 120). Lembrando que no *campo* se empregam vários tipos de *capital*: capital econômico, capital cultural, capital social e capital simbólico. Sendo assim, o espaço social, para Bourdieu (2008), hierarquizado pela distribuição desigual de capitais.

Esta estrutura, segundo Bourdieu, está sempre em jogo, pois as lutas cujo lugar é o *campo* têm por objeto em questão o monopólio da violência legítima, isto é, relaciona-se com a “conservação ou subversão da estrutura da distribuição do capital específico” (Bourdieu, 2003, p. 119-120). O capital específico, para o autor, está relacionado a certo *campo*, ou seja, está nos limites de determinado *campo*, não sendo convertível numa outra espécie de *capital*. Bourdieu dá o exemplo de Pierre Cardin que tentou transferir para a alta cultura um *capital* acumulado na alta costura, sendo desaprovado pelo que Bourdieu (2003) chamou de “o último dos críticos de arte” que buscou afirmar sua superioridade estrutural e impor o seu *capital* de membro de um *campo* “estruturalmente mais legítimo” (Bourdieu, 2003, p. 120).

No tocante a esta relação de poder, Bourdieu (2003) explica que o capital específico, fundamento do poder dentro de determinado *campo*, inclina-se, por um lado, para estratégias de conservação (ortodoxia) e por outro, o dos menos providos de *capital*, para estratégias de subversão (heresia). Para o autor, é esta heresia e heterodoxia o que faz com que os dominantes saiam do silêncio e produzam um discurso defensivo da ortodoxia. Isto porque todos inseridas no *campo* possuem, para Bourdieu (2003, p.121), um número de interesses fundamentais, de onde surge, nas palavras do autor, “uma cumplicidade objetiva que está subjacente a todos os antagonismos” (Bourdieu, 2003, p. 121). De modo que a luta pressupõe um acordo entre os antagonistas a respeito do que merece ser objeto desta luta.

Por conseguinte, o autor destaca que quem participa da luta contribui para a reprodução do jogo e para sustentar a crença nas questões que estão em jogo. Isto leva Bourdieu (2003, p.122) a afirmar que:

[os] novos que entram têm de pagar um direito de entrada que consiste no reconhecimento do valor do jogo [...] e no conhecimento prático dos princípios de funcionamento do jogo. Estão consagrados a estratégias de subversão, mas que sob pena de exclusão, permanecem dentro de certos limites. E de fato, as revoluções parciais de que os campos continuamente são lugar não põe em questão os fundamentos do próprio jogo, a sua axiomática fundamental, o alicerce de crenças últimas, sobre as quais assenta todo o jogo.

Ao falar a respeito das dissemelhanças entre diferentes grupos de pintores (Henri Rousseau, Guillaume Apollinaire, Pablo Picasso), Bourdieu (2003) destaca a importância do *campo* ao afirmar que a sociologia da arte ou da literatura acaba por relacionar as obras à posição no espaço social, a classe social, dos produtores ou dos seus clientes, sem considerar a sua posição no campo de produção, ou seja, escamoteia tudo o que a obra deve ao campo e a sua história, o que faz dela uma obra de arte, de ciência ou de filosofia.

Bourdieu (2003) também discorre a respeito da ideia de pertença ao campo, afirmando que o campo, ou mais exatamente o *habitus* de profissional de antemão ajustado as exigências do campo, vai funcionar como um “instrumento de tradução”. Dando o exemplo dos filósofos, Bourdieu (2003, p. 125) explica isto da seguinte forma: “ser ‘revolucionário conservador’ em filosofia é revolucionar a imagem da filosofia kantiana mostrando-se que na raiz desta filosofia que se apresenta como crítica a metafísica, há metafísica”. Isto, segundo o autor, não é produto de uma busca consciente, calculada e cínica, mas efeito automático de pertença ao campo e do domínio da história específica do campo, pois ser um filósofo “é dominar o que é necessário dominar da história da filosofia para saber ter um comportamento de filósofo no interior de um campo filosófico” (Bourdieu, 2003, p. 125).

Bourdieu (2003) ainda esforça-se para explicar que o princípio das estratégias, sejam elas filosóficas, literárias ou de qualquer outro tipo, não é o cálculo cínico, a busca consciente da maximização do ganho específico, mas uma relação inconsciente entre um *habitus* e um campo. Tais estratégias para o autor “são ações objetivamente orientadas por referência a fins que podem não ser os fins subjetivamente buscados” (Bourdieu, 2003, p. 125). Portanto, Bourdieu atenta para o fato de sua ideia ser perigosamente mal interpretada e percebida como utilitarismo, mas, o autor pretende apenas ressaltar que a sociologia não pode negligenciar o “axioma do interesse” visto como o “investimento específico nas questões em jogo o que é ao mesmo tempo a condição e o produto da pertença a um campo” (Bourdieu, 2003, p.126).

Neste sentido, Bourdieu (2003) explica que o *habitus* funciona como um “sistema de esquemas geradores”, isto é, gera estratégias relacionadas aos interesses objetivos dos seus autores sem serem

expressamente concebidas para esse fim, não há uma maximização. O importante, para o autor, é escapar do “finalismo ingênuo” e da explicação de tipo “mecanicista”, percebendo que “as pessoas só tem que deixar correr o seu *habitus* para obedecerem à necessidade imanente do campo e satisfazer as exigências que nele se encontram inscritas” (Bourdieu, 2003, p. 126), sem que estejam buscando uma maximização do ganho específico.

### 3. O desenvolvimento sustentável e suas relações de poder

No que concerne ao conceito de desenvolvimento é importante perceber que este se faz presente, de forma marcante, em dimensão mundial, nos atuais debates: sociais, ambientais e políticos. Associado ao adjetivo “sustentável” – dando origem ao desenvolvimento sustentável – o conceito ganhou uma nova roupagem. Com uma conotação bastante positiva, tal conceito tem sido utilizado para marcar uma nova filosofia do desenvolvimento que combina: eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica (Brüzeke, 1993). Sendo importante destacar que a ideia de sustentabilidade engloba não apenas a perspectiva ambiental, mas também, econômica, ecológica, territorial, cultural, social e política (Sachs, 1993).

O desenvolvimento sustentável tornou-se foco de diferentes conferências e documentos internacionais. O Brasil, por exemplo, já foi palco de duas importantes Conferências Internacionais a respeito do desenvolvimento sustentável (Rio 92, realizada em 1992, e Rio+20, realizada em 2012). Contudo, conforme afirma Fonseca, desde a Rio 92, não houve avanços significativos, no Brasil, no que se refere à implementação da Agenda 21, documento decorrente desta Conferência: “[os] seus objetivos não foram incorporados nas políticas públicas nacionais – que continuam fragmentadas e pouco afeitas ao paradigma do desenvolvimento sustentável” (Fonseca, 2012, p. 59). Apesar de ter conseguido diminuir em dimensões consideráveis os níveis de pobreza extrema, principalmente, nos últimos seis anos, o Brasil ainda encontra-se entre os países classificados como “em desenvolvimento”, contendo uma parte significativa da população em condições de vulnerabilidade.

A reflexão sobre tal realidade pode ser pensada a partir do conceito de campo de Bourdieu, conforme acima trabalhado. Ao compreender o desenvolvimento através de uma ótica que englobe a sustentabilidade em diferentes âmbitos num determinado país, o conceito de campo se faz importante em função da necessidade de ponderação acerca das diferentes especificidades ali contidas e a luta entre os agentes sociais que fazem parte deste jogo. A ideia de desenvolvimento sustentável engloba relações desiguais de poder e *capital* (econômico, social, cultural e simbólico), de modo a envolver diferentes visões e posições políticas que variam do interesse em acumular poder econômico e político a uma ênfase na redistribuição e na igualdade. Isto resulta em importantes disparidades existentes, por exemplo, entre as capacidades de ação do Banco Mundial em comparações com uma pequena ONG na Índia (Ribeiro, 2008).

Dessa forma, encontramos por detrás da ideia de desenvolvimento sustentável, diferentes grupos de interesse cada um buscando a sua hegemonia. Godoy (2003, p.123) referindo-se, especificamente, ao campo ambiental, afirma que este:

[...] é constituído por atores sociais – representantes do setor público, setor privado e organizações não governamentais – unidos em torno de interesse comum (meio ambiente), que interagem e possuem interesses diversos. Portanto, as relações são dinâmicas: os grupos disputam, continuamente, o poder de direcionar a elaboração das políticas ambientais.

De modo semelhante, tais atores sociais, representados por diferentes segmentos, também estão presentes nos processos que envolvem o desenvolvimento sustentável. Os representantes do poder político, a empresas, os movimentos sociais e a própria população são exemplos de atores que se fazem importantes no jogo de interesses do desenvolvimento sustentável, cada um caracterizado por seus *capitais* e objetivos, mas visando, de certa forma, a busca por este desenvolvimento, ou a legitimação de um discurso em prol do mesmo.

Atualmente, os discursos que incorporam a ideia de desenvolvimento sustentável carregam consigo um importante *capital simbólico*<sup>2</sup>. Fonseca & Bursztyn (2007) ao trabalhar com o desenvolvimento sustentável numa perspectiva mais ambientalista destacam que tal processo está fortemente imbuído de legitimação simbólica e encontra-se presente nas normas sociais da sociedade moderna, por isso, “o apoio discursivo e a prática de ações ‘pró-ambiente’ são fontes geradoras de capital simbólico” (Fonseca & Bursztyn, 2007, p. 172).

É neste sentido que se pode perceber a posição de empresas que apoiam iniciativas de proteção ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Na atual economia de mercado, um dos objetivos de uma empresa é o aumento de seu *capital econômico*, entretanto, o *capital simbólico* proveniente do apoio e promoção de ações em prol do desenvolvimento sustentável muitas vezes, segundo Fonseca & Bursztyn (2007), pode ser convertido em *capital econômico*. Do mesmo modo, este discurso pode estar presente no meio político, pois nas sociedades democráticas a manifestação pró-ambiente, e desenvolvimento sustentável de modo geral, traz consigo o *capital simbólico* que pode, neste caso, ser associado ao poder no *campo político*. Vale atentar para o importante fato de que, normalmente, “o apoio às normas sociais com vistas ao lucro simbólico daí resultante não necessita, em princípio, ter reflexos nas ações cotidianas dos indivíduos. O aplauso discursivo às normas gera efeitos simbólicos semelhantes à aplicação prática das mesmas” (Fonseca & Bursztyn, 2007, p. 173).

---

<sup>2</sup>Para Bourdieu, *capital simbólico* define-se enquanto uma propriedade inerente a todos os tipos de capitais compreendida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção se dão de tal forma que eles podem as entender, compreender e reconhecer, conferindo-lhes valor. Nas palavras do autor: “é a forma que todo tipo de capital assume quando é percebido através das categorias de percepção, produtos da incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura da distribuição desse tipo de capital (como forte/frágil, grande/pequeno, rico/pobre, culto/inculto etc.)” (Bourdieu, 2008, p. 107).

Os movimentos sociais, por sua vez, aparecem, neste contexto do desenvolvimento sustentável, imbuídos de *capital social* e engajados numa luta pelos direitos da sociedade civil organizada que abarca questões ambientais, culturais e socioecômicas. Em geral, é visando o planejamento estratégico especialmente para o desenvolvimento regional sustentável que os organizadores dos movimentos sociais discutem, por exemplo, políticas públicas que estimulem a economia solidária. Sobre isto, ao abordar as iniciativas sociais e o desenvolvimento sustentável na região Amazônica, Mello (2004, p.91) afirma que:

[n]o âmbito do movimento social, a abordagem dos princípios de desenvolvimento sustentável que se queira, está estritamente relacionado ao seu modo de vida: os indígenas ainda reivindicam fortemente a demarcação de seus territórios; as cooperativas demandam meios de produção e de comercialização; associações ambientalistas priorizam, entre outros requerimentos, por formas sustentáveis de produção ou pela conservação de áreas e de recursos naturais.

Nesta mesma perspectiva, pode-se pensar no Fórum Social Mundial, criado em 2001 e organizado por movimentos sociais de diferentes continentes, que busca, a partir de um caráter não confessional, não governamental e não partidário, uma transformação social global, sendo o desenvolvimento sustentável uma constante pauta neste espaço de debate. Em 2009, por exemplo, a principal temática abordada pelo Fórum Social Mundial foi a sustentabilidade ambiental e o atual modelo econômico visto como o principal responsável pelo aquecimento global e o esgotamento dos recursos naturais. Esta expressão popular obtida através dos movimentos sociais demonstra a importância de pensar em políticas públicas, ligadas ao desenvolvimento sustentável, capazes de perpassar as diversas camadas da sociedade.

Do mesmo modo, é preciso lembrar que pensar em políticas públicas visando o desenvolvimento sustentável numa perspectiva voltada aos diferentes tipos de sustentabilidade (social, econômica, ambiental, ecológica, cultural, territorial) é um desafio pautado em grandes diferenças culturais e sociais, pois o segmento de maior peso é, e deve ser, a partir de um ponto de vista valiosamente abrangente, os cidadãos. Entretanto, a realidade brasileira, conforme já apontado acima, ainda enfrenta um grande nível de desigualdade social, o que dificulta a formulação de políticas públicas e sociais de cunho genérico partindo do governo federal para as diferentes regiões e locais do país.

Muitas vezes, por exemplo, o conceito de desenvolvimento sustentável não faz parte do próprio vocabulário utilizado por determinada comunidade, outras vezes, tal conceito é entendido através daquilo que a media hegemônica transfere a partir dos meios de comunicação. Muitas vezes, por exemplo, para uma comunidade que se encontra em situação de vulnerabilidade social, a satisfação de suas necessidades básicas e imediatas se faz mais importante do que pensar na preservação e sustentabilidade ambiental. Por isso, a importância de encarar o desenvolvimento sustentável a partir



dos diferentes vieses de sustentabilidade (incluindo a social), e perceber como esta luta e disparidade entre as diferentes esferas pode ser traduzida na participação social da população neste projeto.

Sobre isto, Ribeiro (2008) explica que, muitas vezes, os atores e as instituições mais poderosos do “campo de desenvolvimento” são designados, pejorativamente, pelo rótulo “indústria do desenvolvimento”, pois se empenham na reprodução do *campo* como um todo, já que os seus próprios interesses apresentam-se conectados à existência deste campo. Enquanto que os atores e as instituições menos poderosos, para Ribeiro (2008), são “grupos locais vulnerabilizados por iniciativas de desenvolvimento que destroem as relações entre povos indígenas, seus territórios e culturas [...] e proveem do cenário mais óbvio da vulnerabilidade de populações locais *vis-à-vis* ao ‘desenvolvimento’”. Assim, Ribeiro (2008) destaca que a abordagem autoritária vinda de “de-cima-para-baixo” tende a reforçar as diferenças já existentes em termos de classe, gênero, idade e etnicidade. Enquanto uma abordagem participativa que venha “de-baixo-para-cima”, tende a criar e introduzir novas lideranças, originando novas tensões dentro dos sistemas de poder e político preexistentes para, assim, buscar soluções e alternativas capazes de englobar a maior parte da sociedade civil.

O que acontece é que o mundo organiza-se em *campos* que, segundo Godoy (2011), são interconectados, mas estruturam-se a partir de interesses e regras próprias (campo social, campo político, campo religioso, familiar). Ao se referir a própria teoria de Bourdieu, Godoy explica que tais posicionamentos sociais não são estáticos e sim dinâmicos, pois os agentes sociais no campo “interagem e disputam constantemente uma melhor posição” (Bourdieu, Godoy, 2011, p.121).

#### **4. Considerações finais**

Assim, perceber o conceito de *campo* na busca pelo desenvolvimento sustentável na realidade brasileira, permite compreender o modo como o discurso e a prática ainda traçam caminhos bastante distintos neste país. Uma disparidade que resulta não apenas das diferenças de *capital econômico* e *capital social* entre os agentes deste campo, mas também de *capital simbólico*. Algo que permite perceber que enquanto o desenvolvimento sustentável for entendido a nível de discurso e como fonte de *capital simbólico* para políticos, empresas, ou mesmo, instituições e movimentos sociais, não estará transformando realidades sociais.

Ademais, enquanto que o poder existente no *campo* político não for utilizado para compreender as diferentes realidades, interesses, *habitus* e, inclusive, *campos* envolvidos no projeto de desenvolvimento sustentável, nem mesmo os objetivos presentes em relatórios decorrentes de Conferências Internacionais como a Rio 92 e a Rio+20 conseguirão ser alcançados, principalmente no Brasil. Isto porque, um dos maiores entraves na busca por este desenvolvimento é reconhecer os diferentes

interesses, necessidades e realidades da população brasileira que, hoje, são reforçados pela diversidade existente no mundo globalizado.

Dessa forma, é preciso haver uma conscientização por parte das diferentes esferas envolvidas neste processo, especialmente, por parte do poder Executivo e Legislativo, de que a aplicação prática do desenvolvimento sustentável, em qualquer um dos níveis de sustentabilidade, a partir de políticas públicas, é algo que precisa partir, em primeiro lugar, do reconhecimento das especificidades das regiões, comunidades e populações, em suas diferentes culturas e perfis identitários, que formam o Brasil. Além da necessidade de fornecer espaços de diálogos permanentes com a sociedade civil em geral e grupos de interesse que transitam na esfera do desenvolvimento sustentável e, assim, conseguir absorver o significado desse processo dentro das diferentes realidades e espaços que estes representam.

## 5. Bibliografia

BRÜZEKE, F. J. (1993). *O problema do desenvolvimento sustentável*. Papers do NAEA, 13. Disponível em: <[http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler\\_publicacao.php?id=50](http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler_publicacao.php?id=50)>. [Acedido em 07 de fevereiro de 2014].

BOURDIEU, P. (1983). Esboço de uma teoria de prática In ORTIZ, R. (1983). *Pierre Bourdieu: sociologia*. (pp. 46 – 81). São Paulo: Ática.

BOURDIEU, P. (2003). *Questões de Sociologia*, Lisboa: Fim de Século.

BOURDIEU, P. (2008). *Razões práticas: sobre a teoria das ações*. Campinas: Papirus.

GODOY, A. M. G. (2011). Teoria dos campos e políticas ambientais locais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. [Online], 24, 119-136. Disponível em:

<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/20623/17084>. [Acedido em 07 de fevereiro de 2014].

FONSECA, I. F. (2012). Rio+20, Agenda 21 e pactos globais para a sustentabilidade: mais do mesmo? *Revista Desafios do Desenvolvimento*. [Online], 71. Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2717:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2717:catid=28&Itemid=23). [Acedido em 23 de fevereiro de 2014].

FONSECA, I. F.; BURSZTYN, M. (2007). Mercadores de moralidade: a retórica ambientalista e a prática do desenvolvimento sustentável. *Ambiente & Sociedade*. [Online], X (2), 171-188. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2007000200013&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2007000200013&script=sci_arttext). [Acedido em 15 de fevereiro de 2014].

MELLO, N. A. (2004). As iniciativas sociais e desenvolvimento sustentável na Amazônia. *GEOUSP - Espaço e Tempo* [Online], 16, 88-109. Disponível em:

<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp16/Artigo6.pdf>. [Acedido em 20 de fevereiro de 2014].

ORTIZ, R. (1983), *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática.

RIBEIRO, G. L. (2008), Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos estudos: CEBRAP*, 80, 109-125. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002008000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002008000100008&script=sci_arttext). [Acedido em 19 de fevereiro de 2014].

RITZER, G. (2001). *Teoria Sociológica Moderna*. Madrid: MacGraw-Hill.

SACHS, I.(1993). *Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente*. São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o Desenvolvimento Administrativo.